

De ficção à realidade: a escrita colonial no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (1946)

From fiction to reality: colonial writing in the Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (1946)

Marcos Iago Siqueira Pereira

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

marcosiago.adm@gmail.com

Recebido: 12/12/2023

Aprovado: 12/05/2025

Resumo: Este texto analisa a escrita colonial presente no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Órgão de divulgação científica do governo salazarista, sua criação e os anos de publicação inserem-se em um contexto de questionamentos acerca da ocupação Portuguesa em África. Este artigo traz a debate a narrativa sobre o início da colonização na Guiné construída no primeiro volume deste periódico, publicado em 1946. Em seus artigos, recuando ao início do processo colonial africano no século XV, Portugal busca reivindicar e justificar a permanência nos territórios africanos. Entretanto, a colonização em África inicia-se nos anos finais do século XIX, empreendida pelos países europeus. Este evento constituiu ponto de inflexão na história dos povos que habitavam as áreas conquistadas. Marcado pelo contato mediado pela violência, Portugal construiu uma nova organização política e social para os grupos étnicos que se viam ameaçados após o final da Segunda Guerra Mundial. Diante disso, o Boletim configura uma importante ferramenta de manutenção da possessão colonial da Guiné, através da qual Portugal desenvolve e estrutura seu discurso ficcional da colonização.

Palavras-Chave: Portugal, Colonização, África.

Abstract: This text analyzes the colonial writing present in the Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Scientific dissemination body of the Salazar government, its creation and the years of publication fall within a context of questions about the Portuguese occupation in Africa. This article brings to debate the narrative about the beginning of colonization in Guinea constructed in the first volume of this periodical published in 1946. In its articles, going back to the beginning of the African colonial process in the 15th century, Portugal seeks to claim and justify its permanence in African territories. However, colonization in Africa began in the closing years of the 19th century, undertaken by European countries. This event constituted a turning point in the history of the people who inhabited the conquered areas. Marked by contact mediated by violence, Portugal built a new political and social organization for ethnic groups that found itself threatened after the end of the Second World War. In view of this, the Bulletin constitutes an important tool for maintaining the colonial possession of Guinea, through which Portugal develops and structures its fictional discourse of colonization.

Keywords: Portugal, Colonization, Africa.

Quando ouvimos ou lemos sobre colonização portuguesa é inevitável que nomes como Brasil, Moçambique e Angola apareçam como um bloco de colonização similar ou, ao menos, com inícios similares. Esta homogeneização dos processos coloniais nos leva a compreender seus inícios em um mesmo momento, ou seja, pensamos que a colonização em África se deu no mesmo momento em que Portugal começa sua colônia na América. No entanto, este entendimento equivocado é parte de uma longa narrativa inferiorizante do continente africano. Segundo Quijano,

a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia (QUIJANO, 2005, p. 117).

De fato, esta codificação mencionada se inicia juntamente com a modernidade, com as Grandes Navegações, com as raízes do capitalismo e, inclusive, com a colonização nas Américas. Como dito, o mesmo não se pode dizer do processo colonial em África, pois este só tem início no final do século XIX e se consolida no início do XX.

A máxima consagrada por Césaire (1978, p.13), “A Europa é Indefensável”, reverbera até o presente. O tom de denúncia e revolta exala por todo o texto, escancarando o que foi o imperialismo e o tamanho da violência empregada nos empreendimentos coloniais do século XIX. Se constatamos isso nas letras do texto de Césaire, no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, por outro lado, sentimos o odor do sangue derramado para possibilitar a existência da Guiné Portuguesa,¹ então colônia de Portugal.

Estabelecer o início da colonização na Guiné Portuguesa, hoje Guiné-Bissau, no século XIV é incorrer em um erro de reducionismo da história, da cultura e da civilização dos grupos étnicos fixados naquele território anterior à chegada dos europeus. Fazendo, assim como tantos outros fizeram, desqualificação e considerando-os selvagens, pré-históricos, não civilizados, e tantos outros adjetivos que corroboram com leituras etnocêntricas que delegam ao europeu o monopólio da escrita histórica. Por outro lado, escrever a história da Guiné-Bissau não considerando a singularidade deste período de dominação e sua importância para a construção deste país seria incorrer em erro similar.

¹ Durante esse trabalho utilizar-se-á “Guiné Portuguesa” para designar o território sobre o qual pesquisamos, assim como é tratada na documentação. Atualmente a “Guiné Portuguesa” é a República da Guiné-Bissau. Após longos anos de guerra, o Partido Africano pela Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) conquistou em 1973 a independência dos seus territórios. Comemorando, assim, no ano de 2023, 50 anos de independência de Portugal.

Guiné-Bissau, país do ocidente africano, têm suas dimensões territoriais estabelecidas na conferência de Berlim (1884-1885), na qual Portugal se tornou seu proprietário, colonizador. Dessa forma, as delimitações fronteiriças deste Estado não consideram em sua formação as semelhanças e diferenças referentes aos nativos,² ou seja, as demarcações de divisão foram impostas e representam os interesses externos, coloniais, àquele povo. Sendo assim, artificiais sob perspectiva nativa, na qual não só as fronteiras são estranhas como, também, as ideias de Estado, governo, governador, administração, propriedade privada, cidadão, entre outros modos de organização que foram impostos pelo modelo europeu ocidental.

O início deste processo de organização administrativa, construção de um governo colonial e dominação, ou seja, colonização, é questionável quando temos em vista a datação recuada ao século XIV. A presença no litoral, sob regime de feitorias, não configura o início da colonização desse território, ainda que o contato simbolize dominação do comércio, monopólio da exploração e instalação de portos. Esta afirmação não consiste em um simples apego às delimitações da Guiné-Bissau atual, mas faz parte de uma produção que considera as diversas organizações étnicas como civilizações tanto quanto Portugal. Em via oposta, compreender a presença portuguesa fazendo comércio no litoral como início da colonização significa desconsiderar a existência dessa organização pré-colonial e, também, a convivência estabelecida por relações comerciais entre portugueses e Africanos por anos, como constatamos nas citações a seguir:

Os navegantes henriquinos tinham recomendação expressa para usarem de urbanidade para com os povos que fossem estando em contacto com os portugueses. Bem sabia o Infante que só os meios suasórios podiam alcançar melhores resultados para a conversão às doutrinas cristãs do gentio ignaro, bárbaro e rebelde (BRAZÃO, 1947, p. 763).

E ainda.

[...] que deu aso a um rápido e desenvolvido tráfego comercial com os povos guinéus. Estes forneciam escravos, marfim, malagueta, cera, couro e algum ouro, em pequena quantidade é certo, e recebiam em troca panos de algodão, sal, tinta, sabões, cavalos, burros, contas e muitas bugigangas que ainda hoje são atractivos dos povos negros. Não há dúvida alguma que esta política comercial era a mais adequada ao meio geográfico e à época (BRAZÃO, 1947, p. 765).

² Considerando aqui, a existência anterior ao processo colonial, os diversos grupos étnicos organizados naquele território, como: Mandingas, Balantas, Fulas, Manjacos, Pepels, Nalus, Beafadas, entre outros de menor expressão numérica. Cada grupo com sua língua, cultura, costumes e organização sociopolítica própria.

Aos olhos colonizadores, de fato, a colonização é iniciada no contexto de Grandes Navegações e na formação dos Estados modernos. Assim, a “descoberta” da Guiné Portuguesa se confunde com a formação do Estado português. Desse modo, aquele território não poderia ser tratado pós-1945 como uma colônia, argumenta o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1954). Ao invés disso, deveria ser visto como um território além-mar, ou, como passa a ser tratado, Território Ultramarino Português.

Esta concepção não se sustenta quando consideramos a autonomia dos povos no interior do território e as relações comerciais estabelecidas no litoral, entre o início dos contatos no século XV até final do XIX. Firmando-nos, pois, nas citações acima, é possível perceber uma configuração de trocas com certa igualdade de poder. Ainda que, nas concepções eurocêntricas, existia desde então uma superioridade portuguesa, o mesmo não pode ser sustentado se considerarmos, nas palavras de Brazão (1947), a urbanidade empreendida pelos portugueses resultante de uma política de trocas comerciais.

Todavia, a nova política inaugurada nos anos 1930 com o Acto Colonial reafirma a persona colonizadora de Portugal e fortalece os laços imperialistas nos territórios africanos. Ao ponto, como afirma Cláudia Castelo (1998, p.48), de se estabelecer “uma ligação estreita entre a questão colonial, o regime e a identidade nacional, o que facilita o processo de sacralização do império [...]”. Não sendo, pois, sua suspensão na década de 1950 um movimento endógeno, mas deliberado em função das pressões internacionais e incapacidade portuguesa de sustentá-lo de outra maneira.

Diante disso, a colonização iniciada no século XIV é na verdade fruto de uma construção narrativa com carga eurocêntrica, carregada de interesse português. Este mito fundacional é identificado já nos primeiros números de nosso documento. Publicado em 1946, o primeiro volume do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP)³ traz, dividido em seus quatro números daquele ano, a “Crónica do Centenário”. Neste texto, encontramos a organização de uma comemoração do quinto século de existência da Guiné Portuguesa. Além deste, outros textos sustentam a mesma posição, como é o caso do escrito pelo então Ministro das Colónias, Marcelo Caetano:

Cinco séculos depois de aqui chegarem os primeiros navegadores portugueses - de olhos bem abertos, êsses, para toda a novidade que o continente negro lhes ia revelando! - é tempo que o país vá tendo um conhecimento mais exacto e mais consciente da sua mais antiga possessão colonial[...] (CAETANO, 1946, p. 2).

Ou, também, uma publicação, no mesmo boletim, escrita por Teixeira da Mota:

³ A partir desta referência quando mencionar o Boletim recorreremos a sigla BCGP para proporcionar maior fluidez a leitura.

A Descoberta da actual Guiné Portuguesa seria assim um simples pormenor ocorrido em conjunto de factos que rapidamente se desenrolaram e ficavam para trás. Neste presente ano de 1946 não passaria apenas o meio milénário da descoberta da Guiné Portuguesa, [...] (MOTA, 1946, p. 11).

Neste texto, Teixeira da Mota concorda com a narrativa que visa trazer sustentação para a possessão colonial portuguesa sobre a qual se inscreve a Guiné Portuguesa. Demonstra, já nas primeiras linhas do texto, que a descoberta daquele território facilmente seria localizada em 1446, tendo o navegador Nuno Tristão como seu grande herói. É válido ressaltar que, no pós-II Guerra Mundial, o salazarismo passava por tensões nas formas de sua representação internacional, diante da alteração da ordem geopolítica. Portugal era uma das poucas ditaduras que se mantiveram (juntamente com a Espanha) na Europa Ocidental. Sob o regime salazarista, Portugal detinha territórios para além da Europa, sob forma de colônias, e passou a sofrer pressões da ONU para o reconhecimento da soberania e autodeterminação dos povos.

Portanto, era fundamental para a manutenção da integridade das possessões coloniais a narrativa de ocupação por século daqueles territórios. Neste discurso, a afirmação da longevidade do domínio colonial significa, a contrapelo, o destaque para o pioneirismo de Portugal enquanto Estado e a afirmação de seu poder e importância para a Europa enquanto portadora da “civilização”. Deste modo, as comemorações diziam respeito ao período político contemporâneo e não ao fato supostamente ocorrido há cinco séculos. Um terceiro exemplo, nesta linha, é Arnaldo Brazão, que escreve:

Estamos ainda dentro do ciclo das comemorações do V Centenário da Descoberta da Guiné. Não pode este glorioso feito de Nuno Tristão deixar de construir uma das mais honrosas páginas da história de Portugal [...]. Vamos apreciar a vida administrativa da mais antiga colônia de Portugal, verdadeira jóia de elevado quilate e de fulgurante brilho do diadema glorioso da Pátria Portuguesa (BRAZÃO, 1947, p. 751).

A “descoberta” se confunde com o início da colonização. Para estes autores, 1446 é o ano de descoberta e início concomitantemente da dominação e exploração do território que, em 1946, é a Guiné Portuguesa formada e delimitada pela conferência de Berlim. Esta, portanto, é uma narrativa forte, sendo reproduzida em diversas produções, incluindo científicas. No site da UNILAB (Universidade da Integração Internacional Luso-brasileira), por exemplo, diz: “Foi uma colônia de Portugal desde o século XV” (UNILAB, 2021).

A localização do início da colonização ainda no desabrochar da formação dos Estados Modernos faz parte de uma maior intencionalidade portuguesa. Apropriando-se de uma narrativa que

coloca a Europa como centro da História Universal, privilegia Portugal concedendo a legitimidade histórica do domínio daquele território.

Como dito, essa construção discursiva não se limita ao boletim e aos seus anos de publicação, mas ganha campo e capilaridade, também, nas produções científicas mais recentes. A socióloga Dilma de Melo Silva escreve:

Durante os vários anos de colonização, entre os séculos XV e XVIII, a presença dos portugueses limitou-se aos entrepostos comerciais, não havendo nenhuma preocupação em colonizar e fixar a população no local, como ocorreu em Cabo Verde, Angola, Moçambique e no Brasil (SILVA, 2000, p. 35-36).

Apesar de identificar que até o século XVIII a presença dos portugueses se limitava a região costeira e seu controle só se dava nos postos comerciais, a pesquisadora data, assim como os autores do Boletim, o início da colonização daquela região em “1446, quando Nuno Tristão ali chegou pela primeira vez” (SILVA, 2000, p. 34). Recorrendo, inclusive, a textos do próprio BCGP para respaldar seu pensamento. Mesmo reconhecendo que o domínio português se restringia à parte comercial e marítima e que só de 1913 a 1915 “Portugal levou a efeito a *pacificação* do território guineense, ou seja, a submissão definitiva de todo interior do país” (SILVA, 2000, p. 37), a autora não questiona, mas aceita pacificamente a narrativa que defende a colonização já no século XV.

Por outro lado, Albert Adu Boahen (2010, p. 1) escreve que a África só enfrenta o desafio colonial após a conferência de Berlim. Para ele, os anos de 1880 a 1910

[são] marcado[s] pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema (BOAHEN, 2010, p. 1).

E já “em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira vê-se submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas” (BOAHEN, 2010, p. 2). Deste modo, contrapõe-se, assim, em diversos aspectos, a Marcelo Caetano, Arnaldo Brazão, Teixeira da Mota e, em certa medida, Dilma de Melo Silva.

A obra de Boahen encontra-se no volume VII da coleção História Geral da África, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e insere-se assim dentro um grupo que visa contrapor essa narrativa eurocêntrica da história africana. Nesta organização, busca iniciar a construção histórica por outros meios que não se sustentem na Europa. A África, assim, deixa de ser um apêndice da Europa e passa a ter sua própria história.

O caminho que se toma, em vista disso, resulta de onde se olha o(s) evento(s) histórico(s) e o espaço de enunciação do discurso, e a posição do sujeito ao emití-lo. Considerando a colonização iniciada no século XV, colocaremos Portugal como protagonista dessa história. Entendendo a colonização como um processo de dominação sistemática empregado a partir das últimas décadas do século XIX, temos uma sociedade organizada que vê sua autonomia ruir e passa a ser subjugada por outra sociedade. Diante disso, optamos por nos filiar ao segundo entendimento. Assim, as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX são os anos em que de fato temos a conquista e a consolidação da dominação do território denominado, no período, Guiné Portuguesa (BOAHEN, 2010).

A ocupação militar portuguesa, iniciada na década de 1880, só foi completada no decorrer do século XX. Embora um empreendimento bastante árduo para os portugueses, estes conseguiram afinal consolidar sua dominação em Moçambique, Angola e Guiné (atual Guiné-Bissau) (UZOIGWE, 2010, p. 43).

Esta ocupação militar que escreve Uzoigwe (2010) é a subjugação ordenada e planejada de toda uma população nativa. Para além disso, a consolidação da dominação representa o estabelecimento de estruturas coercitivas, física, mental e espiritual, cuja finalidade era a melhor exploração económica das pessoas e do território.

A Guiné pelas lentes coloniais: O Boletim Cultural da Guiné Portuguesa

O contato que se estabelece entre a cultura europeia e africana atesta a diferença entre ambas. Se, respectivamente, de um lado se consagra a escrita como marca civilizatória e histórica, na qual a história se inicia com a criação da escrita e antes disso temos a pré-história; do outro, a oralidade sustenta a tradição, a cultura, a história e toda a civilização.

Como escreve Hrbek (2010), concomitantemente com as transformações ocorridas no mundo, a partir do final do século XV e início do XVI temos uma contínua produção escrita, que cresce gradativamente sobre muitos territórios e povos organizados pelas e sobre as tradições orais. Sobre isto, afirma Djait (2010, p. 78), “existe uma imensa área onde, antes do século XV, inexistia fonte escrita”. Entretanto, a ausência de escrita não pode ser considerada como elemento marcador de inferioridade, como assim trataram muitos; ou, se assim o fizer, se adere ao projeto de modernidade linear, difundido após o Iluminismo, portanto, incorrendo novamente em etnocentrismo.

As civilizações africanas, no Saara e ao sul do deserto, eram em grande parte civilizações da palavra falada, mesmo onde existia a escrita; como na África ocidental a partir do século XVI, pois muito poucas pessoas sabiam escrever, ficando a escrita muitas vezes relegada a um plano secundário em relação às preocupações essenciais da sociedade (VANSINA, 2010, p. 139).

A não escrita não se trata de uma falta, mas, sobretudo, uma escolha a partir da introdução desse elemento nestas sociedades. Frente a isto, analisamos, de fato, documentos escritos; entretanto, perder do horizonte essa particularidade da sociedade que estudamos seria abandonar o povo sobre o qual se escreveu, isso resultaria no erro de ser cativado por nosso documento. Como adverte Vansina (2010, p.139), “seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa, ‘ausência do escrever’, e perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados [...]”.

O Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP) é um exemplo destas produções escritas. Inserido no contexto histórico caracterizado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e início de discursões sobre a emancipação e autodeterminação dos povos, o BCGP constitui um vasto corpo documental publicado por iniciativa do governo Salazarista. O Boletim Cultural da Guiné Portuguesa foi uma revista de cunho científico e informativa criada em 1945 pelo governo português através do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Durante o período de produção, entre 1945 e 1973 contabilizando vinte e oito anos, foram publicados cento e dez números normais e um especial, chegando ao final com mais de dez mil páginas publicadas. Trazendo como conteúdo uma grande variedade de artigos, o periódico produzido é como uma peneira posta sobre a cabeça que é molestada pelo sol. A intenção é conter as investidas estrangeiras que ameaçam a unidade do império. Entretanto, a efetividade não é tão grande quanto a vasta produção. Ao produzir um texto, ainda que visando uma objetividade científica à época, querendo ou não, seu autor deixa transparecer as tensões que o transpassam. Como escreve Bourdieu (1986), a identidade coaduna com a ordem social, uma vez que a formação, manutenção ou transformação é feita mutualmente não podendo o ser social estar suspenso da realidade que o constitui.

Como qualquer produção documental, o BCGP está diretamente relacionado com seu contexto de criação e produção. Os anos do pós-Guerra são desconfortantes para os países imperialistas que mantinham colônias. Com a criação da Organização das Nações Unidas, os debates sobre os Direitos Humanos e a escrita da Carta, a pressão para extinção do sistema se dá externamente e, a partir da década de 1960, internamente com as lutas de libertação, com destaque para a Guiné Portuguesa, Moçambique e Angola.

Para Clara Carvalho (2004, p. 56), o BCGP enquadra-se “num projeto global de colonização científica”, o que Marcello Caetano (1946, p. 2), então Ministro das Colónias,⁴ nominou “novo descobrimento da Guiné portuguesa”. Somado a isto, Caetano ressalta que, até aquele momento, a Guiné era desconhecida da maior parta da população portuguesa, assim sendo, era objetivo da revista “levar a conhecimento do maior número possível de pessoas aquilo que os estudiosos forem apurando sobre nossa rica e promissora colónia”, além de ser, para ele, “o registro fiel de um progresso incessante”.

É indiscutível o carácter colonial cientificista sustentado por Carvalho, contudo, como nos alerta, sua dimensão ideológica e política é anunciada por Caetano. Contudo, para Djait (2010, p. 81): “O historiador objetivo não tem o direito de fazer julgamentos de valor com base nos documentos de que dispõe, mas também não deve negligenciar seu potencial informativo sob pretexto de que podem induzi-lo a erro.”

Concordando, Carvalho (2004, p. 56) ressalta a riqueza deste em outro aspecto: “este material constitui hoje uma fonte reveladora de um certo olhar colonial: o olhar científico, classificatório, enumerador e exaustivo, mas também o olhar propagandístico, o olhar político”. Desse modo, trabalhando com esta documentação é, sem dúvida, possível “conhecer” civilizações, culturas, organizações políticas e práticas culturais, dentro das suas limitações, pautadas na oralidade que de outro modo dificilmente teríamos conhecimento. Além de nos possibilitar o estudo da dominação sistemática empreendida por Portugal durante a existência da revista, concentrando especialmente no que chamou Carvalho de “olhar político”.

A história não escapa a esse olhar político. Se, por um lado, temos uma historiografia, considerando, com isso, Teixeira da Mota e demais adeptos de uma história eurocêntrica e depreciadora das sociedades orais; por outro, apoiamo-nos naqueles que, como Boubou Hama e J. Ki-Zerbo (2010), acreditam ser o (a) africano (a) sujeito produtor de sua própria história, esta pré-existente ao contato com europeus. “Como em toda parte, ele faz sua história e tem uma concepção dessa história” (Hama, Ki-Zerbo, 2010, p. 23).

Insere-se assim o nativo, então colonizado, em uma experiência histórica cristã ocidental. Desqualificando qualquer construção histórica particular de cada grupo. Por muitas vezes, estereotipada, inferiorizante e racista. Como escreve Fanon (2008), fazia parte do colonialismo animalizar o colonizado, colocando-o como selvagem, inferior, carente de cultura e necessitado da

⁴ Grafia proveniente da documentação.

civilização. Justificando, com isso, a permanência de Portugal naquelas terras. O etnocentrismo europeu se apresenta como locomotiva da história levando a civilização aos não civilizados. E, com isso, não só a escrita científica do Boletim, como as demais estruturas de poder construídas por Portugal, servirão a esse fim, dominação física e simbólica, exploração e construção de uma “extensão da metrópole”.

A colônia, para Fanon (2008), é o resultado de uma continuada conquista militar, reforçada por uma administração civil e policial. Nesse contexto, a violência é fundamental para estabelecimento e manutenção do sistema. Todas as relações sociais estabelecidas, portanto, entre colonizado e colonizador, antes de qualquer coisa, é condicionada pela violência. Desse modo, o BCGP é fruto de uma violência primeiro física, considerando as guerras de conquista empreendidas por Portugal, e em segundo simbólica, pois demonstra a dominação simbólica empreendida sobre os povos nativos.

A consolidação da colonização se dá quando temos efetivamente a criação de uma estrutura política administrativa unificada construída por Portugal, da qual é familiar, e estranha aos grupos étnicos pré-existentes a dominação. Para Bourdieu (1989), todo mundo social é atravessado por forças invisíveis que regulam, controlam, determinam em certa medida, as relações humanas. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem.”

Nesse sentido, é possível vislumbrar esse poder antes, nas estruturas sociais nativas, e depois, nas instituições criadas por Portugal. Cada um destes poderes, entretanto, fundamentados diferentemente, mas ambos exercendo dominação, individualmente ou simultaneamente. Nas páginas do primeiro número do Boletim temos um relato do qual é possível a reflexão

Ainda sobre pessoal deve dizer-se que todos os régulos e chefes de povoação cooperaram com muito zelo e dedicação nestes trabalhos, quer convocando as respectivas populações, quer dando exemplo, trabalhando estes com a sua gente, nas bolanhas. Sabe o signatário que eles eram sem dúvida dos principais interessados nestes serviços, pois eram dos que com ele mais lucravam, mas o zelo e dedicação de que deram provas merece bem uma referência do chefe de posto (CORREIA, 1946, p. 813).

É possível destacar neste trecho uma parte da estrutura social criada por Portugal apropriando-se de uma estrutura pré-existente. Para execução de serviços de interesse colonial, os régulos e chefes de povoação eram cooptados para convocação da população. Entretanto, essa relação não se dá harmoniosamente, mesmo sendo nominada “sã política de administração” (CORREIA, 1946, p. 812). O que temos é o exercício de poder, tanto pela administração, quanto pelos régulos e chefes. O

trabalho pesado fica a cargo dos indígenas, podendo os régulos e chefes trabalharem ou não, como demonstra a ênfase dada ao fato de terem régulos trabalhando junto dos seus liderados.

Apesar de escrever que “não surgiram nunca dificuldades no recrutamento de pessoal e apresentou-se sempre ao trabalho um número de indígenas superior ao requisitado” (CORREIA, 1946, p. 812), outro trecho demonstra as tensões entre interesse colonial e nativo: “comunicou-se à sede da Circunscrição que uma meia centena de indígenas haviam fugido para Bissau, para dessa forma se poder furtar aos trabalhos que se avizinhavam” (CORREIA, 1946, p. 812).

Desse modo, temos o poder simbólico exercido pelos régulos e chefes de povoações sobre os “indígenas” e o que é exercido pela administração colonial sobre estes. Enquanto o primeiro sustenta-se na tradição, religião ou oralidade, o segundo emana das instituições coloniais, da metrópole.

O Boletim, então, é um produto dessa estrutura simbólica. Seus autores são dotados de uma autorização que somente lhes são concedidas mediante previa prova de sua conformação aos interesses do Estado Novo. Já na portaria de criação da revista a advertência é pontual: “A Comissão de Redacção sujeitará à apreciação do Governador cada número do Boletim a publicar” (RODRIGUES, 1946, p. 9). “Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder construção da realidade que tente a estabelecer uma ordem gnoseológica” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Assim, garante-se que as publicações se adequem ao padrão de interesse de Portugal, estruturando, com isso, as produções e com elas o poder institucionalizado.

Desta forma, Portugal constrói uma nova ordem da sociedade, na qual designa a cada indivíduo seu papel. Este não está desvinculado da aceitação e colaboração com o processo colonial. A começar pela diferenciação colono e colonizado, seguindo com a divisão dos colonizados entre cidadão e indígena que segue as diretrizes, apresentadas no Estatuto do Indígena, a serem cumpridas para que este venha a se tornar um cidadão. Todavia, sendo cidadão, o nativo jamais estará em igualdade com o Português. Bem como escreveu Fanon:

Nas proximidades do branco, no alto os céus se desmantelam, debaixo dos meus pés a terra se arrebenta, sob um cântico branco, branco. toda essa brancura que me calcina...[...] era impossível livrar-me de um complexo inato [...]. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer [...] (FANON, 2008, p. 107).

A este é relegado o status de inferior com relação ao colonizador, mas não tanto quanto aquele que, de algum modo, por algum motivo, nele ainda não se construiu o novo *habitus*.⁵ A intenção Colonial é produzir a assimilação dos nativos. Desqualificando o *habitus* que lhe é próprio e construindo uma novo cujo parâmetro é o da metrópole.

Mbembe (2014, p. 183) destaca que “a violência colonial é, na realidade, uma rede, ponto de encontro de violências múltiplas, diversas, reiteradas, cumulativas, vividas tanto no plano mental como no dos músculos e sangue”. A convergência dessas violências transforma, “cria”, a realidade, a ordem social, as estruturas nativas e, também, o *habitus* dos indivíduos. Quanto mais “assimilados”, mais próximos das estruturas de poder do Estado colonial, maior será as transformações sofridas.

A sociedade apresentada nas páginas do Boletim transparece direta ou indiretamente as tensões provenientes da sociedade colonial. Não existe produção que seja feita nas nuvens, suspensa da realidade. Nem este autor que não seja transpassado a todo momento pelas forças contemporâneas a sua escrita. Muito menos, pode haver no Boletim um autor que não tenha tido seu *habitus* transformado.

Neste novo mundo, os interesses objetivos, valores e pretensões futuras não são as mesmas daqueles que não aderem, os aceitam parcialmente ou resistem a essa nova lógica de organização social. Isso implica dizer que a acomodação do discurso português não se dá homogeneamente, mas varia de acordo com as condições de transmissão e a força com que chega aos receptores.

Neste cenário, o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa não ocupa o espaço de um órgão informativo, mais do que isso, sua organização, escrita e produção estruturam um meio de promoção da ocupação portuguesa na Guiné. Ferramenta criado com a finalidade de amenizar as pressões externas vindas do contexto de criação da Organizações das Nações Unidas. Funcionando, portanto, como veículo de divulgação dos feitos portugueses na localidade. Cabe ressaltar a intencionalidade das pesquisas, a organização dos volumes do boletim, direcionados para exaltar o caráter civilizatório dos portugueses em contraste com o atraso intelectual e cultural dos povos nativos. Essa divulgação, portanto, foi conduzida de tal modo a produzir justificativa plausível para a continuação do império. Sendo, assim, nas palavras de Marcello Caetano, Ministro das Colónias, “o registo fiel de um progresso

⁵ Por *habitus*, entendemos uma construção psíquica que delineasse no consciente e no subconsciente capaz de direcionar atos, gestos, gostos, posições sociais e políticas, escolhas ou renúncias feitas pelo indivíduo. Esta estruturação mental é construída no decorrer das experiências vividas, não estando, portanto, sujeitas a aceitação racional e deliberada. Consolidado, todavia, dificilmente será desconstruído, mantendo-se intimamente ligado a noção de identidade do sujeito. Dito isso, é necessário ressaltar que esta é apenas uma definição introdutória, geral e simplificada desde complexo conceito. Para saber mais, leia o capítulo 3 de “O Poder Simbólico” (1989) de Pierre Bourdieu.

incessante [...] sempre dentro das concepções tradicionais da política colonial” (Caetano, 1946, p. 3). Deste modo, o Estado Novo salazarista legitimava sua dominação para si e para a comunidade internacional, como coerente ao processo e missão civilizadora. Portugal apresentava-se nas produções do Boletim como ponte que o progresso, desde o século XV, percorreria da Europa até a África, retirando populações da situação primitiva.

Considerações Finais

Os anos, portanto, finais do século XIX e as primeiras décadas do XX se firmam como marcos fundamentais na história daqueles povos e do território, atualmente Guiné-Bissau. A conquista e instauração da administração colonial portuguesa aponta para profundas transformações que começam – se pensarmos no interior do continente – ou se intensificam – se pensarmos nas regiões litorais. A estrutura possibilitou a exploração e a interferência nas organizações políticas tradicionais. Não de maneira homogênea e linear. Salientando, também, que este estabelecimento somente é possibilitado no período supracitado e não no século XV, como comumente concebido. Como bem afirma Brazão:

No território africano continuava a não existir qualquer autoridade portuguesa que pudesse disciplinar, guiar, orientar e proteger o trato naquelas regiões e os comerciantes que se arriscaram a demandar aquelas paragens. O domínio português era uma ficção, os régulos continuavam a ser os senhores das suas terras (BRAZÃO (1947, p. 766).

Sim, uma ficção. Mas que se tornou realidade e se desenrolou durante boa parte do século XX. Sendo capaz, inclusive, de iniciar esta profunda transformação no cotidiano daqueles que mais se aproxima de seu núcleo emanador de poder, a sede administrativa. Dessa forma, a proximidade significa adesão aos ideais colonizadores, o *habitus* português. O que implica, consequentemente, em transformação do que estava posto em direção ao novo, fruto deste contato. O régulo, curiosamente, se faz ponte entre o natural e o artificial, entre o nativo e colonizado, entre a ordem colonial e a obediência nativa. Possibilitando, dessa forma, a dominação do colonizado e a construção da colônia. Dizemos isso sem esquecer as teias de poder que o tencionam, fazendo com que suas decisões, apesar de serem suas, não pudessem ser feitas fora dessa tenção firmada. As relações de poder, como se apresenta neste exemplo, são propagadoras de violências, tais que muitas vezes impossibilita a escolha livre daquele que está submetido a ela.

Por fim, paulatinamente as teias de dominação movem e são movidas por personagens neste palco. Ainda por compreender, nos dedicamos a esquadrihá-lo. Sabedores, no entanto, que jamais o

conheceremos em completude. Como diria Rubem Alves (1981), este é só um pequeno peixe de uma imensa lagoa escura.

Fontes

BRAZÃO, Arnaldo. **A vida administrativa da colônia da Guiné.** In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Bissau, v. 2, n. 7, 1947, p. 751-782.

CAETANO, Marcello. **Uma crónica nova da conquista da Guiné.** In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Bissau, v. 1, 1946, p.1-3.

CORREIA, A. A. Peixoto. **Crónica da Colónia.** In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Bissau, v. 1, 1946, p. 775-816.

Guiné-Bissau. UNILAB, 2021. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/guine-bissau-2/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

MOTA, Avelino Teixeira da. **A descoberta da Guiné.** In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Bissau, v. 1, 1946, p.11-68.

Portugal. **Decreto-Lei n.º 43893.** Diário do Governo, Lisboa, I série, número 207, 6 de setembro de 1961.

RODRIGUES, M. M. Sarmiento. **Portaria, criando o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.** In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Bissau, v. 1, 1946, p.9-10.

Referências

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BAUMAN, Zigmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOAHEN, Albert Adu. **A África diante do desafio colonial.** In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-20.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, Clara. **O saber e o olhar colonial: política e iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.** Soronda: Revista de Estudos Guineenses. n. 8. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2004, p. 54-83.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1966).** Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CÉSARIE, A. **Discurso sobre o Colonialismo.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

DJAÏT, H. **As fontes escritas anteriores ao século XV.** In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p.77-104.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HAMA, Boubou; KI- ZERBO, Joseph. **Lugar da história na sociedade africana**. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki- Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 23-36.

HRBEK, I. **As fontes escritas a partir do século XV**. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki- Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 105-137.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

PERSON, Yves. **Estados e povos da Senegâmbia e da Alta Guiné**. In: História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880 / editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília: UNESCO, 2010.

SILVA, Dilma de Melo. **Por entre as Dórcades encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

UZOIGWE, Godfrey N. **Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral**. In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 21-50.

VANSINA, J **A tradição oral e sua metodologia**. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki- Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 139-166.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p.117-142.